

01



02
PREFEITURA
SÃO MIGUEL
DAS MATAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 439/2022

OBJETO: Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação.

DEZEMBRO/2022



03

SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

Ofício SMS nº 294/2022

São Miguel das Matas-Ba, 28 de Dezembro de 2022

Ilmª Srª.

Mayla Moraes dos Santos
Secretária Municipal de Saúde

189519022
28 12 22
AB

Senhora Secretária,

Venho por meio deste solicitar a V. Sª. autorização para que em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores seja efetuado um aditivo de prazo para o contrato 020/2022 firmado com a Sr. Rodrigo Sousa Santana, o qual tem como objeto Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação. O aditivo de prazo será para um período de 12 (doze) meses.

Respeitosamente,



Camila Couto dos Santos

Superintendente de Planejamento, Controle, Avaliação e Regulação

Autorizado:



Mayla Moraes dos Santos
Secretária Municipal de Saúde

04



000964



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022

“Contrato de locação 020/2022, que entre si fazem, o Fundo Municipal de Saúde de São Miguel das Matas e Sr. Rodrigo Sousa Santana, para os devidos fins abaixo especificados.”

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.777.097/0001-95, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 51, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000 neste ato representado pela Sra. Secretária, Ana Lúcia Borges Torres, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 05.589.125-08 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 920.390.575-87, residente e domiciliada na Rua Quinze de Novembro, 103, Centro, Elísio Medrado -BA, CEP:45.305-000, doravante denominado LOCATÁRIO, e o Sr. Rodrigo Sousa Santana, brasileiro, RG n.º 1323344535 e CPF 029.561.765-95, residente e domiciliado na FZ São José, S/N, Zona Rural, São Miguel das Matas - BA, CEP:44.580-000, denominado simplesmente LOCADOR, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

O Regime de Execução será em obediência ao processo de dispensa 016/2022, que a este integra, independentemente de transcrição, e à Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/1993, e suas alterações introduzidas pela Lei Federal Nº 8.883/94, observando a regra de transição da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1 - O prazo para a locação será da data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2022, não se computando os casos previstos no artigo 1.058 do Código Civil Brasileiro;

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 O Preço estimado total para a locação será de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), perfazendo o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) resultante das quantidades constantes da Planilha Orçamentária e da proposta de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS



000965



As despesas decorrentes da execução do contrato com base na dispensa 016/2022, correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente a saber:

16.01- Fundo Municipal de Saúde.

2.027 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física.

Fonte: 02

CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO

O aluguel será pago mensalmente até o dia 15 (quinze) de mês subsequente ao mês de referência, através de Transferência bancaria.

Parágrafo Primeiro. O atraso do pagamento do aluguel a partir do 15º dia do vencimento e demais encargos implicará na cobrança, por parte do LOCADOR, de multa convencional de 2% (dois por cento), sobre os valores vencidos e não pagos dos aluguéis.

Parágrafo Segundo. O valor equivalente às reformas realizadas no imóvel pelo LOCATÁRIO, visando à melhoria do mesmo, será descontado do valor do pagamento do aluguel.

Parágrafo Terceiro. Caso seja acordado entre as partes, o pagamento poderá ser realizado através de transferência ou depósito bancário.

Parágrafo Quarto. No primeiro mês do exercício financeiro, em razão de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do LOCATÁRIO o pagamento após o vencimento, ficando-lhe facultado pagar os aluguéis sem encargos moratórios até o 30º dia do mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS

Além do aluguel, obriga-se o LOCATÁRIO a pagar os encargos de taxas de luz, água e suas respectivas majorações ou multas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ora locado a partir da data do contrato, bem como as despesas ordinárias que recaiam ou venham recair sobre o imóvel locado e cuja cobrança não seja proibida por lei.

Parágrafo Primeiro. Em caso de existência de débitos anteriores, o valor referente aos mesmos será deduzido no valor do contrato.

Parágrafo Segundo. Os encargos com Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU será de inteira responsabilidade do LOCADOR.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/LOCADORA

a) A fornecer a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE descrição minuciosa do estado do imóvel quando de sua entrega com expressa referência aos eventuais defeitos existentes, respondendo pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

06

000966



b) a entregar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como lhe garantir, durante a vigência deste Contrato, seu uso pacífico;

c) a pagar os impostos, as taxas e despesas extraordinárias, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

d) No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condições com terceiros, devendo a LOCADORA dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

a) a pagar, pontualmente, o aluguel, as despesas ordinárias de telefone, consumo de força, luz, água e esgoto (quando houver);

b) levar ao conhecimento da LOCADORA o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem com as eventuais turbações de terceiros;

c) realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, provocados por seus agentes;

d) cientificar a LOCADORA da cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como de qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, Locatário;

e) a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto, assim, como quaisquer modificações na destinação ou utilização do imóvel.

Parágrafo Único: A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das disposições previstas nesse Contrato, ficam as partes sujeitas às penalidades estabelecidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as modificações da Lei Federal nº. 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO



000967



A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses dos arts. 78e 79 da Lei Federal 8.666/93;
- b) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DISSOLUÇÃO

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias**, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Laje - Estado da Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

São Miguel da Matas-Ba, 11 de janeiro de 2022.

Ana Lucia Borges Torres
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 101/2021

[Handwritten signature]

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ana Lúcia Borges Torres - Sec. de Saúde
LOCATÁRIO

[Handwritten signature]
Rodrigo Sousa Santana
LOCADOR

Testemunhas:
[Handwritten signature]
CPF Nº. 077.273.205-10.....

[Handwritten signature]
CPF Nº. 032.184.465-38.....

Visto Assessoria Jurídica:

Do exposto, em nada se contrariou os dispositivos e formalidades consignadas na Lei 8666/93 e suas alterações, sendo esta procuradoria pela assinatura deste contrato.
São Miguel das Matas-BA... de ...01... de 2022.

[Handwritten signature]
PARECER JURIDICO

Declaração de Publicidade do Extrato:
Declaramos para os devidos fins de prova, que o extrato deste contrato foi publicado no quadro de Avisos e Leis, instalado no hall da sede administrativa desta Prefeitura, atendendo as formalidades consignadas na Lei 8.666/93, suas alterações e regra de transição da Lei 14.333/2021, sendo esta declaração assinada pelo Sec. de Administração.
São Miguel das Matas-BA... de ...01... de 2022.

[Handwritten signature]
Sec de Administração e Planejamento



000960

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2022

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.777.097/0001-95**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 51, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000.

LOCADOR: RODRIGO SOUSA SANTANA, CPF: 029.561.765-95, residente e domiciliado na FZ São José, S/N, Zona Rural, CEP:44.580-000, São Miguel das Matas-BA.

OBJETO: Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

16.01- Fundo Municipal de Saúde.
2.027 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.
3.3.90.36.00 –Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física.
Fonte: 02

FUNDAMENTO LEGAL – Art. 24, inc. X

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2022

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais mensais)

São Miguel das Matas-BA, 11 de janeiro de 2022.


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ana Lúcia Borges Torres – Sec. de Saúde
CONTRATANTE

Ana Lucia Borges Torres
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Nº 101/2021



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DAS MATAS - BA

09
SEGUNDA-FEIRA
14 DE FEVEREIRO DE 2022
ANO II - EDIÇÃO Nº 1045

000985

Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomiguelasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2022

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.777.097/0001-95, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 51, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000.

LOCADOR: RODRIGO SOUSA SANTANA, CPF: 029.561.765-95, residente e domiciliado na FZ São José, S/N, Zona Rural, CEP:44.580-000, São Miguel das Matas-BA.

OBJETO: Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

16.01- Fundo Municipal de Saúde.

2.027 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3.90.36.00 -Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física.

Fonte: 02

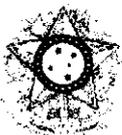
FUNDAMENTO LEGAL - Art. 24, inc. X

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2022

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais mensais)

São Miguel das Matas-BA, 11 de janeiro de 2022.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ana Lúcia Borges Torres - Sec. de Saúde
CONTRATANTE



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RODRIGO SOUSA SANTANA

CPF: 029.561.765-95

Certidão nº: 46636649/2022

Expedição: 26/12/2022, às 16:25:28

Validade: 24/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RODRIGO SOUSA SANTANA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **029.561.765-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RODRIGO SOUSA SANTANA
CPF: 029.561.765-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:01:51 do dia 26/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2023.

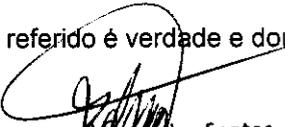
Código de controle da certidão: **8E34.2A33.D555.E343**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA
PESSOA FÍSICA
00000750/2022

Certificamos para os devidos fins de direito e a quem interessar possa que, após consulta aos registros da DÍVIDA ATIVA do Município, constatamos que o contribuinte portador do CPF abaixo não encontra-se neles inserido, não havendo portanto, nesta data, nenhum débito em seu nome. Ficando aqui ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas.

O referido é verdade e dou fé.



Robson Costa dos Santos
Diretor de Tributos e Dívida Ativa
Portaria nº 238/2021

RODRIGO SOUSA SANTANA
CPF: 029.561.765-95
FAZ FAZENDA SAO ROQUE,

ZONA RURAL
44580000 - SÃO MIGUEL DAS MATAS - BA

Certidão emitida diretamente no setor.
A assinatura do servidor perfeitamente
identificado substitui qualquer outro tipo de
validação.



LOCAL:00120220000075000000248430



SECRETARIA DE SAÚDE

AUTORIZAÇÃO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 439/2022

O Fundo Municipal de Saúde de São Miguel das Matas, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, vem autorizar a elaboração do Termo Aditivo ao contrato 020/2022, conforme solicitado, devendo o aditivo ser elaborado na forma da lei, conferido pelo jurídico a fim de que o setor de contratos possa executar suas atribuições, conforme legislação específica em vigor.

São Miguel das Matas – Bahia, 28 de dezembro de 2022.

Mayla Moraes dos Santos
Secretária Municipal de Saúde



São Miguel das Matas-BA, 28 de dezembro de 2022.

**Ilma. Senhora
Mayla Moraes dos Santos
Secretária Municipal**

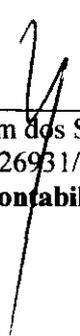
Nesta

Senhora,

Em resposta a solicitação enviada ao Setor Contábil, objetivando informações Contábeis provenientes a realização de termo aditivo ao contrato 020/2022, atesto a existência de Dotação e Recursos Orçamentários, no Projeto Atividade e Elemento de Despesa abaixo discriminado:

UNIDADE GESTORA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
16.01	2.027	3.3.90.36.00	02

Atenciosamente,



Wilson Bonfim dos Santos
CRC-BA 026931/O-9
Diretor de Contabilidade



COELHO & CAMPOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 439/2022

coelhoecamposadv@gmail.com

(71) 9 9969-3626

PARECER JURÍDICO SOBRE POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM CONTRATO DE ALUGUEL.

ASSUNTO: Análise da possibilidade de aditivo do contrato nº 020/2022, que tem como objeto a locação de imóvel.

A Comissão de Licitação encaminhou ofício para esta Procuradoria Jurídica solicitando análise jurídica a respeito da possibilidade de aditivo do contrato que tem como objeto a locação de imóvel pelo município de São Miguel das Matas/BA.

Aditivo contratual para prorrogação da vigência contratual de acordo com art. 57, § 2º, da lei nº 8.666, de 1993, c/c lei nº 8.245, de 1991.

Recebimento dos autos da inexigibilidade, com as laudas sem numeração, para fins do disposto no art. 38 da Lei 8666/93.

É o sucinto relatório, passo a opinar.

DA POSSIBILIDADE

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Pois bem, o contrato administrativo em questão tem por objeto a locação de imóvel para atender demandas/necessidades do Município de São Miguel das Matas/BA.

Ocorre que foi noticiada a necessidade da prorrogação do prazo de vigência do referido contrato para atender a necessidade do funcionamento a que se destina, possuindo referido órgão função essencial na consecução de políticas públicas destinadas aos seus usuários e munícipes de modo geral.

Embora tenha se estimado inicialmente um prazo para atender esta necessidade até a vigência prevista contratualmente, efetivamente a necessidade persiste e não houve alternativa para prover a mesma que não a pelo presente objeto contratado, necessitando prorrogar a vigência do mesmo pelo período de modo a garantir este fornecimento.

A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 2º. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (...)



COELHO & CAMPOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

coelhoecamposadv@gmail.com

(71) 9 9969-3626

Em se tratando do objeto "LOCAÇÃO", oportuno transcrever-se o entendimento sedimentado pela Orientação Normativa nº 6, de 1º de abril de 2009, da Advocacia-Geral da União:

A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC. II DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

Desse modo, e em harmonia ao entendimento do Acórdão nº 170/2005 do TCU, no particular dos contratos de locação firmados pela Administração Pública, temos que à mesma estende-se o disposto na Lei do Inquilinato, Lei nº 8.245/91, sobretudo, o disposto no seu artigo 51 que trata sobre a vigência contratual.

Assim sendo, analisando-se o tempo de vigência que se deseja prorrogar e o permissivo legal, verifica-se que o pedido encontra respaldo normativo para subsidiá-lo, devendo-se atentar para a apresentação de justificativa e de autorização da autoridade competente para tanto, motivo pelo qual a Administração pode seguir seus preceitos e aditar contratos firmados na forma da lei.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, podendo ser realizado o Termo Aditivo ao Contrato administrativo de aluguel para prorrogar a vigência do mesmo nos moldes requeridos com fulcro no Art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 c/c Lei 8.245/91. 13.

Este é o entendimento que elevo à consideração superior.

São Miguel das Matas - BA, 28 de dezembro de 2022.

Maico Coelho da Silva

OAB/BA nº 26.239



**I TERMO ADITIVO DE PRAZO
AO CONTRATO Nº 020/2022**

**“TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI
O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO
MIGUEL DAS MATAS E O SR. RODRIGO
SOUSA SANTANA.”**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.777.097/0001-95**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 51, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000 neste ato representado pela Sra. Secretária, Mayla Moraes dos Santos, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 1442751045 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 042.458.195-70, residente e domiciliada na I Travessa Orlando Spínola, S/N, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP:44.580-000, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e o Sr. **RODRIGO SOUSA SANTANA**, brasileiro, RG n.º 1323344535 e CPF 029.561.765-95, residente e domiciliado na FZ São José , S/N, Zona Rural, São Miguel das Matas - BA, CEP:44.580-000, denominado simplesmente **LOCADOR**, acordam e ajustam firmar o **I TERMO ADITIVO DE PRAZO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 020/2022, que tem por objeto a Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação, partes integrantes da dispensa nº 016/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO

O Presente termo aditivo firmado com base no art. 57 da Lei Federal 8.666/93 passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRAZO: A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 31/12/2022 e término em 20/12/2023, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas do Contrato original.

Rodrigo Sousa Santana

M. Moraes dos Santos



E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo lavrado em 3 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

São Miguel das Matas/BA, 29 de dezembro de 2022.

Mayla Moraes dos Santos
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Mayla Moraes dos Santos - Sec. de Saúde
LOCATÁRIO

Rodrigo Sousa Santana

Rodrigo Sousa Santana
LOCADOR

Testemunhas:

Adriane A. de Jesus

Nome/CPF: 077.273.205-10

Gustavo Silva dos S. Lops

Nome/CPF: 09302679586

Visto Assessoria Jurídica:

Do exposto, em nada se contrariou os dispositivos e formalidades consignadas na Lei 8666/93 e suas alterações, sendo esta assessoria pela assinatura deste contrato.

SÃO MIGUEL DAS MATAS, 29 de 12 de 2022.

[Assinatura]
Jurídico

Declaração de Publicidade do Extrato:

Declaramos para os devidos fins de prova, que o extrato deste contrato foi publicado no quadro de Avisos e Leis, instalado no hall da sede administrativa desta Prefeitura, atendendo as formalidades consignadas na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo esta declaração assinada pelo Secretário de Administração.

SÃO MIGUEL DAS MATAS, 29 de 12 de 2022.

[Assinatura]
Sec. de Adm.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 020/2022 que tem por objeto a Locação de imóvel, situado na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, São Miguel das Matas-BA, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e da Central de Regulação - **LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ sob o nº 13.777.097/0001-95, **LOCADOR: RODRIGO SOUSA SANTANA**, CPF sob o nº 029.561.765-95. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 020/2022, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 31/12/2022 e término em 20/12/2023, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 29/12/2022.